

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.080 - SP (2018/0317203-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : HELOÍSA REGINA TOZZO
ADVOGADO : LEONARDO MARQUES XAVIER - SP287114
AGRAVADO : FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NAO-PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA
ADVOGADO : ANTONIO FELIPPE BERROCA E OUTRO(S) - SP048596
INTERES. : SYMONE SATO NADIN NOBREGA
ADVOGADO : HELOÍSA REGINA TOZZO - SP193228

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por HELOÍSA REGINA TOZZO contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fls. 288):

Apelação Cível. Embargos de terceiro. Sentença de procedência. Condenação da embargada ao pagamento de honorários sucumbenciais de 10% do valor da causa.

Inconformismo. Honorária que deve ser fixada em percentual do proveito econômico obtido com a demanda. Inteligência do art. 85, §§ 2º e 8º, do novo Código de Processo Civil. Valor que se mostra mais compatível com as peculiaridades do caso e remunera condignamente o profissional. Sentença reformada em parte. Recurso com parcial provimento.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados (-STJ, fls. 320-325)

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 295-304), a parte recorrente sustentou violação aos arts. 293, 141 e 337, III, do Código de Processo Civil de 2015, defendendo que o recorrido deveria ter impugnado o valor da causa em momento oportuno e que o juiz não poderia ter conhecido das questões não suscitadas oportunamente. Apontou, ainda, afronta ao art. 85, § 2º do Código de Processo Civil de 2015, argumentando que os honorários advocatícios sucumbenciais não poderiam ter sido minorados pelo colegiado estadual.

Sem contrarrazões.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não deve ser conhecido.

1. Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar especificamente os fundamentos suficientes para manter o *decisum* hostilizado, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge, deve especificamente infirmar a

fundamentação utilizada.

No caso, o recurso especial não foi admitido nos seguintes termos (e-STJ, fls. 333-334):

Ofensa aos artigos 141 e 293 do Código de Processo Civil:

De fato, observe-se não ter sido demonstrada a alegada vulneração aos dispositivos arrolados, eis que as exigências legais na solução das questões de fato e de direito da lide foram atendidas pelo acórdão ao declinar as premissas nas quais assentada a decisão.

Ora, conforme entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça, a exemplo do decidido no agravo regimental no agravo em recurso especial 601358/PE, relator o ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, in DJe de 02/09/2016: a simples referência aos dispositivos legais desacompanhada da necessária argumentação que sustente a alegada ofensa à lei federal não é suficiente para o conhecimento do recurso especial.

Verba honorária:

Cabe ponderar que, observado o limite legal, a orientação judicial para o arbitramento da verba honorária advocatícia baseia-se em fatos e provas, sendo insuscetíveis de revisão pela via restrita do recurso especial. Inexiste, no particular, quaestio iuris federal sobre a qual deva pronunciar-se o egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

Tendo sido os honorários advocatícios fixados com base na apreciação equitativa da prestação do serviço pelo advogado, sua revisão impõe incontornável reexame dos aspectos fáticos da lide. Incidência do enunciado 7 da Súmula do STJ (agravo regimental no agravo em recurso especial 723446/RJ, relatora ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, in DJe de 26/08/2015).

Incidente, portanto, a súmula 7 do egrégio Superior Tribunal de Justiça.

III. Ante o exposto, INADMITO o recurso especial com base no art. 1.030, V, do CPC.

Da leitura da petição de agravo, verifica-se que a parte sequer mencionou o óbice da Súmula 7/STJ, deixando de impugná-lo, limitando-se a reproduzir as razões do recurso especial.

Ademais, "Nesse contexto, na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula 7 do STJ, deve a agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas também rebater, de maneira consistente, os fundamentos da decisão de admissibilidade e demonstrar que a solução da controvérsia independe do reexame dos elementos de convicção dos autos, avaliados pelas instâncias ordinárias, o que não foi feito." (AgInt no AREsp 1097465/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 10/10/2017).

Tal conduta contraria a previsão dos arts. 932, III, do CPC/15 e 253, parágrafo único, I, do RISTJ:

Art. 932. Incumbe ao relator:

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha

impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

(...)

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente.

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério

Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida;

Logo, uma vez que o objeto do agravo é diverso do pretendido do recurso especial, a falta de ataque específico a fundamentos da decisão agravada encontra óbice no art. 932, III, do NCPC (art. 544, § 4º, I, CPC/73), não sendo suficiente para o seu conhecimento a simples reiteração dos fundamentos trazidos no especial.

Assim, inafastável a incidência da Súmula 182 do STJ: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."*

Nesse sentido, os recentes julgados da Corte Especial deste Tribunal: EAREsp n. 701404 / SC, EAREsp n. 746775 / PR e EAREsp n. 831326 / SP

A propósito:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ARTS. 932, INCISO III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Positivação do princípio da dialeticidade no sistema recursal brasileiro, conforme se depreende do art. 932, inciso III, do CPC/2015.

2. Inadmissibilidade do agravo interno cujas razões não se mostram suficientes para impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (cf. art. 1.021, § 1º, do CPC/2015).

(...)

4. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.

(AgInt no REsp 1387697/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 16/08/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, MATERIAIS E LUCROS CESSANTES - DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DO EMINENTE PRESIDENTE DO STJ QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO EM VIRTUDE DA INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DESTES STJ.

IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. É cediço que a ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial atrai a incidência do art. 932, III, do CPC/2015 (revogado art. 544, § 4º, I, do CPC/1973), e a aplicação, por analogia, do Enunciado n. 182 da Súmula do STJ. **Precedentes.**

(...)

(AgInt no AREsp 872.552/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 17/08/2016)

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 182/STJ, **não conheço** do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

